



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Contrato de Prestação de Serviços de Suporte Técnico celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Empresa WJ Serviços de Informática Ltda. (Processo Administrativo n.º 8500052-42.2018.8.06.0254).*

CT N.º 13/2018

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, por seu Secretário de Finanças, o Sr. José Joaquim Neto Cisne, e pelo Diretor da ESMEC, o Exmo. Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto, e a empresa **WJ SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.**, com sede na Av. Senador Salgado Filho, n.º 2190, Sala 235, Centro Empresarial Portugal Center, Bairro da Lagoa Nova, na cidade de Natal – RN, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 05.116.014/0001-99, neste ato representada por sua Diretora Administrativa, Sra. Janeide de Medeiros Dantas Silva, portadora da cédula de identidade n.º 1.146.199-SSP/RN, inscrita no CPF/MF sob o n.º 657.385.354-72, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, pactuam o presente Contrato que se regerá pela Lei n.º 8.666/93, atualizada pela Lei n.º 9.648/98, mediante as cláusulas e condições adiante enunciadas.

**Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal**

- a) O presente contrato tem como fundamento as disposições contidas no Art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93;
- b) Na proposta apresentada pela empresa e na solicitação da Escola Superior da Magistratura do TJCE, constantes no Processo Administrativo n.º 8500052-42.2018.8.06.0254;
- c) No parecer da Consultoria Jurídica, datado de 10/04/2018, devidamente aprovado pelo Exmo. Des. Presidente do TJCE.

**Cláusula Segunda – Do Objeto**

O Objeto deste Contrato consiste prestação *dos serviços de suporte técnico ao SIABI – Sistema de Automação de Bibliotecas, instalado nas Bibliotecas do Poder Judiciário Cearense, localizadas no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e na Escola Superior da Magistratura – ESMEC.*

**Parágrafo Único** – Da documentação complementar



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições assumidas na proposta firmada pela CONTRATADA, dirigida ao CONTRATANTE, independentemente da transcrição, a qual faz parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

**Cláusula Terceira – Das Obrigações**

**I – São Obrigações do Contratante:**

- a) Efetuar o pagamento do montante correspondente ao valor dos serviços prestados;
- b) Notificar a CONTRATADA relativamente a qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- c) Realizar BACKUP's FÍSICOS DIÁRIOS da base de dados do SIABI, devendo, de preferência, manter as cópias de segurança distantes fisicamente do CPD ou em cofre a prova de fogo, com uma fita para cada dia da semana, conforme orientações feitas aos funcionários do Departamento de Informática do TJCE.

**II – São Obrigações da Contratada:**

- a) Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais resultantes da execução deste Contrato;
- b) Apresentar, juntamente com a Nota(s) Fiscal(is), o comprovante de recolhimento ao I.N.S.S.;
- c) Responder por seu quadro de pessoal por sua conta exclusiva, todas as obrigações decorrentes da legislação Trabalhista, Previdenciária, Social, Fiscal, bem como impostos, taxas, multas, contribuições e outros encargos que venham a incidir sobre os serviços a serem contratados ou que direta ou indiretamente a eles se relacionarem, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer ônus;
- d) Prestar ao CONTRATANTE atendimento via telefone, e-mail para o esclarecimento de dúvidas e suporte à configuração do ambiente computacional, a qualquer momento durante a vigência deste Contrato;
- e) Prestar orientação técnica ao corpo de bibliotecários do CONTRATANTE, bem como as demais pessoas por ele designadas, referente à implementação de informações da AACR2 no formato MARC, adotado pelo SIABI;
- f) Orientar os funcionários do Departamento de Informática do CONTRATANTE sobre a melhor maneira de executar um RESTORE dos BACKUP's, na eventualidade de um sinistro com perda do Banco de dados;
- g) Habilitar o CONTRATANTE a fazer sugestões para alterações/melhorias do sistema, que podem ou não ser adotadas na próxima versão do SIABI a ser liberada;
- h) Implantar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, as novas versões do SIABI, sempre que forem liberadas novas versões na linguagem DELPHI do módulo de CATALOGAÇÃO, CIRCULAÇÃO e/ou TERMINAL DE USUÁRIOS;



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

i) Manter-se em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**Cláusula Quarta – Do Preço e Das Condições de Pagamento**

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor global de **R\$ 9.458,28 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte e oito centavos)**, sendo R\$ 4.409,16 (quatro mil, quatrocentos e nove reais e dezesseis centavos) custeados pelo orçamento da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC e o valor de R\$ 5.049,12 (cinco mil, quarenta e nove reais e doze centavos) pagos pelo orçamento do TJCE, para os serviços prestados em cada biblioteca, respectivamente..

**Parágrafo Primeiro** – Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário nas agências do Bradesco S.A, devendo as Faturas/Notas Fiscais, referentes aos serviços prestados, a serem entregues até o dia 10 (dez) do mês subsequente à prestação dos serviços, após o recebimento da Nota de Empenho, e estas deverão ser pagas, sem quaisquer acréscimo e atualização monetária, até o último dia útil do referido mês, devidamente atestado pelo Setor competente deste Tribunal de Justiça. Essa Nota Fiscais/Faturas deverão ser emitidas, após o recebimento da Nota de Empenho, em nome do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, CNPJ N.º 09.444.530/0001-01 ou do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Judiciário – FERMOJU, CNPJ nº 41.655.846/0001-47.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

**Parágrafo Terceiro** – Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência na liquidação de obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplência contratual, inclusive no que se refere à apresentação do demonstrativo dos serviços executados.

**Cláusula Quinta – Dos Recursos Orçamentários**

Os recursos financeiros correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

04200101.02.122.500.22576.1500000.33903900.27000.1.20

04100111.02.122.500.22494.1500000.33903900.10000.0.20

**Cláusula Sexta – Da Vigência**

O presente Instrumento terá vigência de **12 (doze) meses**, prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s) aqui pactuado(s), contados a partir da data da assinatura do CONTRATO, podendo ser prorrogado por iguais períodos, conforme a legislação vigente.





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Cláusula Sétima – Do reajuste dos preços**

Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis pelo período mínimo de 1(um) ano.

**Parágrafo Único** – A CONTRATADA poderá solicitar ao Tribunal, reajuste de preços somente depois de 1(um) ano, a contar da data da apresentação da proposta de preço. Quando da solicitação de reajuste de preço, será utilizado o índice de preços IPC-A da Fundação Getúlio Vargas (site [HTTP://www.fgvdados.com.br](http://www.fgvdados.com.br)). Em caso de extinção do referido índice, o Tribunal fará opção do índice que servirá de reajuste. Ficará a critério do Tribunal de Justiça concordar ou não com o reajuste de preço.

**Cláusula Oitava – Da Garantia Contratual**

A CONTRATADA deverá apresentar garantia no ato da assinatura do contrato, equivalente a 5% do valor global do contrato, sob quaisquer das modalidades previstas no artigo 56, § 1 da Lei nº 8.666/93;

**Parágrafo Primeiro** – Caso haja renovação do contrato ou ajuste de preços, deverão ser feitas as adequações necessárias, quanto a vigência e cobertura, nos documentos de garantia;

**Parágrafo Segundo** – A garantia será devolvida no término do contrato e após cumprimento integral das obrigações assumidas.

**Parágrafo Terceiro** – A garantia ofertada deverá cobrir multas aplicadas, obrigações trabalhistas e previdenciárias, e não deverá ser proporcional ao tempo de vigência do contrato e será devolvida ao término avença, após cumprimento das obrigações assumidas. Não será aceita cláusula que preveja a realização do contrato por terceiros, bem como cláusula que preveja a subrogação da seguradora nos créditos da segurada. Deve, também, ser concedido pela seguradora prazo mínimo de 30 (trinta) dias para comunicação pelo TJCE das falhas cometidas pela segurada.

**Cláusula Nona– Das Sanções Contratuais**

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, às sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e às multas e penalidades a seguir:

- Advertência;
- MULTA por atraso injustificado, conforme prazo instituído no Contrato, de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor global do serviço, até 30 (trinta) dias;
- MULTA por atraso injustificado, na execução do serviço de 10% (dez por cento), do valor do contrato, quando o atraso for superior a 30 (trinta).
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de fornecer e contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no prazo de até 2 (dois) anos;



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- A inexecução total ou parcial dos serviços, inclusive a sua transferência total ou parcial a outra empresa, sem prévio assentimento do TJCE, ensejará sua anulação com as consequências previstas em Lei.;
- RESCISÃO, nos casos previstos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93

**Parágrafo Primeiro** – As sanções acima descritas poderão ser aplicadas de forma distinta ou cumulativa.

**Parágrafo Segundo** – Ao TJCE será assegurado, após regular processo administrativo, para permitir a compensação da multa aplicada, descontá-la dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**Cláusula Décima – Da Rescisão**

O inadimplemento das cláusulas e condições previstas neste Contrato, por parte da CONTRATADA, assegurará ao CONTRATANTE o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal com prova de recebimento, sem prejuízo da cláusula oitava.

**Parágrafo Único** – Ficará o presente Contrato rescindido, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos seguintes casos:

- Atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos serviços contratados;
- Paralisação dos serviços sem justa causa ou prévia autorização da Administração;
- Subcontratação total ou parcial do Objeto deste Contrato, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como da fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução do presente Contrato;
- Desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato, assim como a de seus superiores;
- Cometimento reiterado de falhas na execução do Contrato;
- Decretação de falência ou insolvência civil;
- Dissolução da empresa;
- Alteração ou modificação da finalidade ou da estrutura da Empresa, que, a juízo da Administração, prejudiquem a execução deste Contrato;
- Ocorrência de caso fortuito ou força maior regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato;
- Por quaisquer das cláusulas previstas nos incisos XIV, XV e XVI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93.

**Cláusula Décima Primeira – Da Legislação**

Este contrato rege-se pela Lei n.º 8.666/93, alterada pelas Leis n.º 9.648/1998, n.º 9.854/1999 e demais legislação federal correlata, medidas provisórias, bem como pelos preceitos de Direito Público,



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

regulamentos, instruções normativas e ordens de serviços emanados de órgãos públicos, aplicando-se lhes, supletivamente, nos casos omissos, os princípios gerais dos contratos e demais disposições de Direito Privado.

**Cláusula Décima Segunda – Do Foro**

Fica eleito o foro de Fortaleza (CE), para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, caso não possam ser resolvidos por via administrativa, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença da(s) testemunha(s) que também o assinam, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza, 24 de ABRIL de 2018.

**Des. Francisco Gládyson Pontes**

**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – Contratante**

**Des. Heráclito Vieira de Sousa Neto**

**Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – Contratante**

**Dr. José Joaquim Neto Cisne**

**Secretário de Finanças do TJCE – Contratante**

**Sra. Janeide de Medeiros Dantas Silva**

**WJ Serviços de Informática Ltda.**

TESTEMUNHAS: Denúcia V. dos Santos